



## REPRESENTAÇÃO

**Ao DR. PR. ERICH RAPHAEL MASSON**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MATO GROSSO

**C/C**

**Aos DRS. PRS.:**

**FELÍCIO PONTES**  
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MPF  
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

**FELIPE GIARDINI**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SINOP

**REPRESENTANTE:** FÓRUM TELES PIRES

**ASSUNTO:**

PEDIDO DE INSPEÇÃO DOS IMPACTOS CUMULATIVOS E SINÉRGICOS DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO IMPLANTADO NO RIO TELES PIRES SOBRE AS ÁGUAS, ICTIOFAUNA E CONSEQUÊNCIAS PARA VIDA DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO TELES PIRES.

**1) Contexto: situação do meio ambiente e dos povos e comunidades tradicionais do rio Teles Pires em 2019**

O Fórum Teles Pires comunica ao Ministério Público Federal que recentemente um Complexo de 4 (quatro) grandes hidrelétricas entrou em operação conjunta no rio Teles Pires<sup>1</sup> (vide figura 1), impactando e ameaçando irreversivelmente povos indígenas, povos indígenas em isolamento voluntário, comunidades tradicionais, unidades de conservação, fauna, flora e todo patrimônio cultural material e imaterial ainda presentes no rio Teles Pires.

---

<sup>1</sup> As usinas hidrelétricas deste complexo são: Colíder, Sinop, São Manoel e Teles Pires. Em 20/08/2019, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/ MT, concedeu a Licença de Operação número 320138/2019 à Companhia Energética Sinop. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/257726005/doemt-22-08-2019-pg-169>. E recebeu autorização para iniciar operação comercial a partir desta terça-feira 17/09/2019, segundo despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicado no Diário Oficial da União. Disponível em: <https://mobile.reuters.com/article/amp/br/idBRKBN1W21D1-OBRBS>

**Figura 1 – Mapa do Complexo de Hidrelétricas da Bacia do rio Teles Pires<sup>2</sup>**



#### **Usinas Hidrelétricas da Bacia do Rio Teles Pires**

Os licenciamentos ambientais de todos esses empreendimentos estão eivados vícios, incoerências e inconsistências, além de ilegalidades graves e crimes ambientais. Contudo, até o presente momento os empreendedores responsáveis não apresentaram estudos sobre os impactos cumulativos e sinérgicos dessas usinas e os órgãos licenciadores responsáveis também não exigiram. Razão pela qual mesmo operando juntas, cada hidrelétrica segue funcionando de forma independente e sendo tratadas pelas autoridades e órgãos públicos também de forma individual. Além disso, até o presente não há qualquer sistema de monitoramento dos impactos e danos causados por essas hidrelétricas, seja para verificar seus impactos individuais, seja para verificar seus impactos acumulativos sobre o rio Teles Pires e seus afluentes.

Neste momento urge a necessidade de um estudo equivalente à uma Avaliação Ambiental Integrada – AAI da bacia do rio Teles Pires<sup>3</sup>, ainda que *a posteriori* à implantação dos empreendimentos. Bastando para tanto que seja produzido de forma independente dos empreendimentos para que seja capaz de fornecer informações sérias e confiáveis, tanto para sociedade, como para a devida tomada de decisões. Idealmente um estudo dessa magnitude deveria ser realizado por determinação judicial e custeado pelos empreendedores, como

<sup>2</sup> Cf. EPE. **Empresa de Pesquisa Energética: Nossa História**. Disponível em: <https://bit.ly/2kEsV0T>. Acesso em: 20/09/2019

<sup>3</sup> A EPE produziu em 2009 uma AAI do rio Teles Pires, mera produção protocolar, contudo. O documento está fora das exigências legais brasileiras e não previu nada sobre os resultados e impactos que de fato estão inviabilizando a vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais mencionados nesta Representação. Embora a AAI exista, os licenciamentos dos empreendimentos foram conduzidos individualmente e em órgãos licenciadores distintos – SEMA/MT (UHes Sinop e Colíder) e IBAMA (UHes Teles Pires e São Manoel). V. EPE. **Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Teles Pires**. Consórcio Leme e Concremat:2009. Disponível em: <https://bit.ly/2l6cVVM>. Acesso em: 20/09/2019

determina a legislação brasileira<sup>4</sup>, em razão dos danos causados até o momento e do risco concreto de desastres socioambientais que ainda podem ocorrer no rio Teles Pires.

Mas até que uma determinação desta ocorra, milhares de vidas humanas, animais e vegetais estão em jogo, diretamente impactadas e ameaçadas e não podem mais esperar. Por essa razão, os atingidos pelo complexo hidrelétrico do Teles Pires pedem ao Ministério Público que interceda para que o dimensionamento desses impactos cumulativos e sinérgicos seja iniciado, ao menos sobre aquilo que esses barramentos estão afetando mais gravemente, impedindo a sobrevivência humana e ambiental existente nesta região. Somente diante de um dimensionamento dessa proporção será possível um planejamento e a execução de ações mínimas de prevenção, controle, mitigação, compensação e responsabilização efetivos desses impactos.

Em razão deste cenário, é indiscutível afirmar que hoje o Teles Pires é o rio mais impactado por hidrelétricas em toda a Amazônia. E o mais grave e temeroso desse panorama é que até agora não existe qualquer Plano de Segurança das Barragens e seus respectivos Plano de Ação Emergencial, nem para o risco de acidentes individuais, nem mesmo para o conjunto de barramentos, conforme exige a lei federal<sup>5</sup>. Portanto, riscos concretos de acidentes são iminentes diante da quantidade de irregularidades já constatadas nesses empreendimentos e de seus licenciamentos, muitas delas já levadas ao judiciário. Bem como pela magnitude de impactos desse complexo hidrelétrico que segue desconhecida ou subdimensionada, considerando-se a proporção de geração de impactos de um bloco de grandes hidrelétricas funcionando juntas, sobretudo diante de alertas graves e urgentes que vem sendo denunciados pelas comunidades atingidas durante atividades com organizações e parceiros do Fórum, como mostraremos a seguir.

Os direitos coletivos dessas comunidades estão sendo permanentemente desrespeitados de inúmeras formas. A começar pelos funcionários dos escritórios das barragens, porta-vozes dos empreendimentos junto às comunidades, a população indígena relata com fatos envolvendo as interações e relações estabelecidas com o empreendimento, em que esses funcionários praticam abusos, desrespeito e até mesmo práticas criminosas. Os grupos atingidos denunciam atitudes frequentes de autoritarismo, práticas de ameaça, constrangimento, violência psicológica, desrespeito com a cultura e as tradições indígenas, negligência e descumprimento de responsabilidades assumidas, omissão de informação e fornecimento de informações falsas, mas sobretudo, práticas reiteradas de racismo e discriminação aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tudo inadmissível!

As águas do rio, as matas, sítios arqueológicos<sup>6</sup>, lugares sagrados, lugares de uso e de importância tradicional e histórica milenar dos povos do rio Teles Pires estão todos integralmente desconsiderados em todos os estudos e em todas as fases de todos os licenciamentos dos empreendimentos. E conforme o tempo e os impactos avançam, estão desaparecendo ou sendo destruídos dia e noite ininterruptamente. Com isso os modos e meios de vida, cosmologia, costumes, tradições, culturas e integridades físicas das comunidades nas aldeias, nos assentamentos, dos animais e do meio ambiente como um todo estão visivelmente comprometidos e ameaçados, e se providências de investigação, monitoramento, controle, mitigação e responsabilização dos responsáveis por esses impactos não forem tomadas com urgência, tudo que ainda resta vivo, corre risco de extinção súbita.

---

<sup>4</sup> Cf. **Lei 9.074/95**, arts. 5º, §§2º e 3º; **Resolução Conama – 001/86**, Art. 6º, II. **Nota Técnica (NT) nº 10/2012 (MMA, 2012, p.86)**.

<sup>5</sup> BRASIL. **Art. 8º Lei 12.334 de 2010**. Política Nacional de Segurança de Barragens **Disponível em:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm)

<sup>6</sup> National Geographic Brasil. **Escavações em obras de novas hidrelétricas revelam riqueza arqueológica em Mato Grosso**. Julho/2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/07/escavacoes-em-obras-de-novas-hidreletricas-revelam-riqueza-arqueologica-em-mato>

Testemunhos, denúncias e provas de crimes ambientais e violações de direitos humanos decorrentes dos impactos dos empreendimentos vêm sendo apresentados pelos indígenas e pelos ribeirinhos ao Fórum Teles Pires e ao Movimentos dos Atingidos por Barragens. Muito material probatório sobre a comunidade está reunido pelo Fórum e pode ser disponibilizado para colaborar com essa atividade e outras pertinentes.

As denúncias mais graves envolvem impactos sobre as águas, a fauna aquática e a saúde nas aldeias e nas comunidades ribeirinhas, tais como: o comprometimento da potabilidade da água; a instabilidade e descontrole da vazão do rio, somada à inviabilização da navegabilidade, e a proliferação de mosquitos causadores de doenças. Sobre a fauna aquática os atingidos denunciam a elevada mortalidade<sup>7</sup>, adoecimento e desaparecimento de diversas espécies de peixes e quelônios, que também representam a base da alimentação dos atingidos.

Neste mês de setembro os indígenas relataram ao Fórum Teles Pires a presença de óleo sendo derramado no rio Teles Pires a partir da UHE São Manoel, assim como peixes mortos aparecendo nas águas à jusante do Complexo, logo abaixo da referida barragem. Neste mesmo mês, atingidos de Sinop registraram vídeos de peixes morrendo sem oxigênio no lago formado pela UHE. [Neste vídeo](#) apresentamos demonstração dessas denúncias.

Durante a Avaliação Munduruku dos PBAs das UHEs Teles Pires e São Manoel<sup>8</sup> (DACE, 2019, no prelo), os indígenas Munduruku informam que seus parentes Kayabi avisaram da existência de uma gigantesca rachadura avistada por eles em um dos paredões do barramento da UHE Teles Pires e por essa razão, muitos Kayabi já não dormem nas aldeias preocupados e com medo de um desastre. Corroborando com esse fato o que a comunidade científica brasileira registra sobre o município de Sinop e a região norte do Mato Grosso, a existência de uma grande falha geológica, razão pela qual o município de Sinop e outros municípios dessa região localizam-se justamente aonde ocorrem o maior número de abalos sísmicos do país<sup>9</sup>. Vale ressaltar que o EIA-RIMA da UHE de Sinop, confirma a existência de instabilidade tectônica e de tremores de terra naturais na área da UHE em Sinop, bem como informa o risco do empreendimento provocar adicionalmente esses tremores, trazendo à tona um alerta sobre o risco de acidentes neste complexo hidrelétrico:

“A sismicidade (tremores de terra) é outro fator que pode ser induzido pela formação do reservatório. Por outro lado, a execução de obras e a implantação de estradas e acessos contribuem para deflagrar novos processos erosivos e de instabilização de terrenos.” (EPE et al, 2010, pg. 60)<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup>G1 Mato Grosso. **Cerca de 13 toneladas de peixes morrem em água poluída entre dois reservatórios de usina no rio Teles Pires.** Fevereiro/2019 Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/02/11/cerca-de-13-toneladas-de-peixes-morrem-em-agua-poluida-entre-dois-reservatorios-de-usina-no-rio-teles-pires-em-mt.ghtml>

G1 Mato Grosso. **Morador denuncia morte de peixes em afluente do rio Teles Pires em Sinop** <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/09/11/morador-denuncia-morte-de-peixes-em-afluente-do-rio-teles-pires-em-sinop-mt.ghtml>

<sup>8</sup> Associação Indígena DACÊ. Avaliação do Povo Munduruku das aldeias do baixo rio Teles Pires sobre os Planos Básicos Ambientais das Usinas Hidrelétricas Teles Pires e São Manoel. Aldeia Teles Pires: 2019. No Prelo.

<sup>9</sup> Gazeta do Povo. MT é o estado brasileiro com mais registros de terremotos. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mt-e-o-estado-brasileiro-com-mais-registros-de-terremotos-4hq8kdrpvm3657uf1fxmhwswe/>. Acesso em: 19/09/2019

<sup>10</sup> EPE/THEMAG. Usina Hidrelétrica de Sinop. Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Março, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2memSk7>

Ainda referente à UHE Sinop, a SEMA/MT admitiu que os incidentes de mortandade de peixes vêm acontecendo por impacto desta Usina, tais como a falta de oxigênio nas águas do rio, mesmo assim concedeu Licença de Operação ao empreendimento. Essa Licença está sem sentido contrário ao que a perícia judicial realizada no mês julho de 2019 concluiu sobre essa mortandade:

**“As peritas de juízo concluem que a Modelagem Matemática, como foi elaborada, apresentou sérios problemas de refinamento e não poderia ser utilizada como suporte confiável a tomada de decisão sobre o quantitativo de vegetação a ser suprimida para a garantia da qualidade de água e da manutenção da biota aquática na área do reservatório.”**

(...)“As peritas de juízo Dra Solange Ap. Arrolho e Dra Liliane Stedile de Matos, **concluem que o evento de mortandade e a *causa mortis* de peixes à jusante da UHE-Sinop em fevereiro de 2019 foi devido à sinergia de vários fatores:** ao sedimento (depositado na bacia de dissipação) que provocou a obstrução das brânquias dos peixes; escoriações e pancadas de peixes de montante que sofreram ao descer no vertedouro (época de final de piracema os peixes estão retornando aos sítios de descanso e alimentação, ou seja, descendo o rio);manobras abruptas e constantes das comportas do vertedouro que causaram ora embolia gasosa (supersaturação de gases) decorrente do ar incorporado à água no vertedouro e na bacia de dissipação ora deplecionamento de oxigênio; e descompressão (barotraumas).

As peritas de juízo Dra Solange Ap. Arrolho e Dra Liliane Stedile de Matos **concluem que a mortandade não ocorreu somente durante o mês de fevereiro de 2019, com registro de peixes mortos à jusante até dia 30 de junho de 2019, portanto o quantitativo de 13 toneladas calculado para os primeiros dias de fevereiro pode ser maior do que o dimensionado. Por fim as peritas de juízo Dra Solange Ap. Arrolho e Dra Liliane Stedile de Matos existe o risco de novas mortandades ocorrerem futuramente na área a jusante da UHE Sinop, devido as manobras que serão realizadas futuramente na UHE-Sinop.”<sup>11</sup>**

Destacando a necessidade de serem realizados estudos de impactos cumulativos e sinérgicos sobre água e ictiofauna do rio Teles Pires, peritos do Ministério Público do Estado do Mato Grosso destacaram em junho/2019:

“Segundo Fearnside (2011), os EIAs mostram uma fragilidade na sua confecção pois **o mínimo de informações exigido pelo órgão regulamentador é ínfimo comparado ao tamanho destes quatro empreendimentos e suas relações sinérgicas. Rostirolla (2018) em um estudo comparativo dos EIAs das quatro UHEs do Teles Pires demonstra que estudos técnicos não foram satisfatórios para uma tomada de decisão em nível de bacia hidrográfica,** indicando a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos e suas ferramentas, **para que a exploração ambiental desordenada não comprometa os ecossistemas aquáticos e os usos múltiplos da água,** inclusive a própria produção de energia elétrica.” (...)

“O estudo de monitoramento da ictiofauna é realizado de forma independente por cada uma das UHEs, sem levar em consideração as outras. Os estudos podem estar sobrepostos, pois a jusante da UHE Sinop encontra-se o lago da UHE Colíder e a jusante da UHE Teles Pires o lago da UHE São Manoel. Os

<sup>11</sup> PJE. JF1ª Região. Laudo Pericial Judicial. Processo nº: 1000543-12.2019.4.01.3603.

estudos tem que ser complementares e padronizados para poder comparar os estudos.” (...)

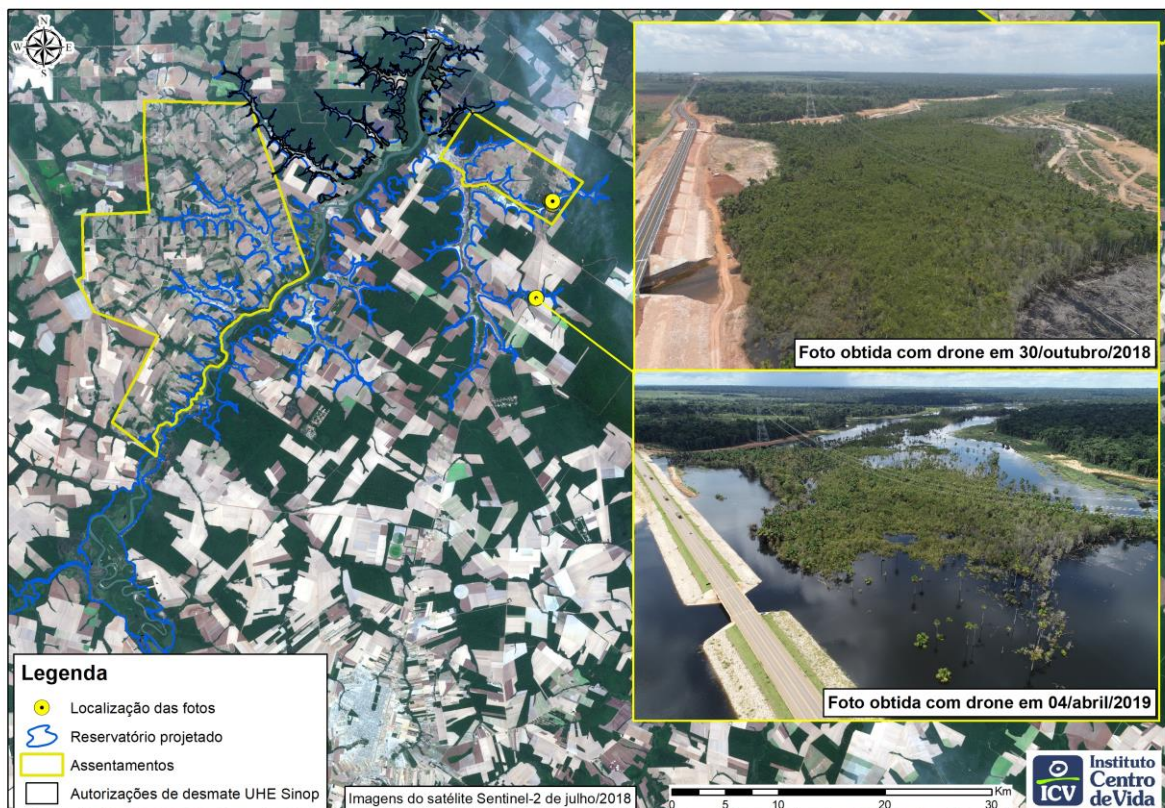
“A UHE Sinop é a primeira da cascata com um reservatório de acumulação e o lago muito grande que regula toda a vazão do rio. O lago possui muita vegetação afogada que está em processo de decomposição que afetam os peixes.<sup>12</sup>(Vide Figura 2) O monitoramento de peixes, de vazão, de qualidade da água e dos sedimentos tem que ser muito bem feito e integrado com as outras UHEs.(...)

“É necessário que o monitoramento de peixes seja realizado de forma integrada pelas quatro UHEs no rio Teles Pires.” (...)

“Os trechos livres de rio têm que ser conservados e não podem ter mais empreendimentos energéticos tanto a montante da UHE Sinop quanto a jusante da UHE São Manoel.”<sup>13</sup>

Mesmo diante desse cenário de impactos, irregularidades, crimes ambientais e riscos de acidentes e alertas de especialistas, os órgãos de intervenção e de regulação do Poder Executivo IBAMA, FUNAI, IPHAN, ANEEL, SEMA/MT e outros seguem irresponsavelmente emitindo, autorizando e renovando concessões de Licenças Prévia, de Instalação, de Operação aos quatro empreendimentos instalados no rio Teles Pires. Essas decisões contrariam e violam inequivocamente as normas de todo o ordenamento jurídico brasileiro presentes na constituição federal, nos tratados internacionais de direitos humanos que o Brasil é parte, na legislação federal e, mais absurdo, nas próprias normas de licenciamento ambiental desses órgãos.

**Figura 2 – Trecho da BR-163 antes e depois do reservatório da UHE Sinop<sup>14</sup>**



Por essas razões, os povos indígenas e comunidades tradicionais atingidos vêm demandando às organizações parceiras do Fórum Teles Pires Inspeção do rio nos últimos

<sup>12</sup> CF. FEARNSTIDE, P. A Hidrelétrica de Sinop: 7 – Sinop como emissor de gases de efeito estufa.

Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/hidreletrica-de-sinop-7-sinop-como-emissor-de-gases-de-efeito-estufa/>. Acesso em:20/09/2019

<sup>13</sup> FLAUSINO JR, N.; DE SOUZA, D.L. Relatório Técnico 251/2019. MPMT/CAOP. Cuiabá:03/06/2019.

<sup>14</sup> ICV. Estudo da cobertura vegetal inundada pelo reservatório da UHE Sinop. Maio:2019. No prelo.

anos. Os povos indígenas vivem à jusante do complexo hidrelétrico e são os mais atingidos pelos empreendimentos, o Povo Munduruku do baixo Teles Pires, quer justiça e através da Associação Indígena Dacê, persiste demandando do Fórum Teles Pires que aconteça um processo de Inspeção dos impactos causados por todas essas hidrelétricas no rio. E nos municípios entre as UHEs Sinop e Colíder, comunidades ribeirinhas do assentamento Gleba Mercedes também vêm demandando do Fórum, através do parceiro Movimento de Atingidos por Barragens, respostas e medidas que solucionem impactos sobre as águas do rio, sobretudo após o enchimento do reservatório da UHE Sinop, com a consequente proliferação de mosquitos e doenças decorrentes da água, principalmente com os episódios de assustadora mortandade de toneladas de peixes no rio Teles Pires em 2019.

Neste cenário, requeremos a atuação do Ministério Público, haja vista seu papel constitucional de defender os direitos coletivos, o meio ambiente e os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais junto ao poder judiciário. Em um esforço conjunto entre as comunidades atingidas, os movimentos sociais e as organizações parceiras do Fórum Teles Pires, o Ministério Público vem sendo novamente provocado, seja através da 6ª Câmara e das procuradorias competentes do MPF/MT, seja do MPE/MT e das promotorias que já atuaram na região do Teles Pires, para construirmos e realizarmos a Inspeção dos impactos cumulativos e sinérgicos do complexo hidrelétrico sobre o rio Teles Pires.

## **2. Objetivos da Inspeção**

*a) Levantar, com a participação dos atingidos, informações sobre impactos cumulativos e sinérgicos do complexo hidrelétrico sobre os ecossistemas aquáticos e a ictiofauna do rio Teles Pires, considerando suas consequências para os territórios e modos de vida do povo indígena Munduruku e da comunidade ribeirinha e camponesa pertencente ao assentamento Gleba Mercedes;*

*b) Construir em conjunto com indígenas Munduruku e com os ribeirinhos da Gleba Mercedes em Sinop e o Ministério Público um Sistema de Monitoramento Participativo dos impactos do complexo sobre esses atingidos, de forma independente dos empreendimentos;*

*c) Subsidiar o Ministério Público para conciliação, ajustamento de conduta ou reivindicação judicial de medidas de mitigação e compensação dos impactos aos atingidos, dentro de um processo de responsabilização dos empreendimentos pelos danos causados e pelos impactos sinérgicos e cumulativos que, embora desconhecidos, já estão acontecendo, atingindo o rio Teles Pires e seus povos desde a construção dos empreendimentos, que foi quase que simultânea;*

*d) Servir como caso exemplar para estratégia de prevenção de novos empreendimentos nas bacias do rio Teles Pires, Juruena e em outras;*

## **3) Proposta Temática:**

Com base nas denúncias e pedidos das comunidades atingidas, dossiês, estudos técnicos e perícias judiciais sobre os impactos dos empreendimentos individuais existentes, propomos o seguinte foco temático para a Inspeção do rio Teles Pires:

- **Água** – verificação dos impactos cumulativos e sinérgicos do complexo hidrelétrico sobre a qualidade, potabilidade e vazão das águas do rio Teles Pires, considerando os prejuízos sobre o consumo, saúde, navegabilidade e usos culturais e tradicionais dos povos indígenas e comunidades ribeirinhas do rio Teles Pires;

- **Fauna aquática** - verificação dos impactos cumulativos e sinérgicos do complexo hidrelétrico sobre a fauna aquática, sobretudo impactos que atingem quelônios e ictiofauna, inclusive impactos sobre ambientes de alimentação e reprodução de peixes, como igapós, pedrais e outros ambientes, considerando os impactos sobre a segurança alimentar, saúde, costumes e tradições dos povos indígenas e comunidades tradicionais do rio Teles Pires;

#### 4) Pedidos:

Diante das informações acima apresentadas, o Fórum Teles Pires solicita, mui respeitosamente, ao *parquet* que se digne a agir para:

- A Investigação e Inspeção Ministerial Cível e Criminal Ambiental *in loco* acerca da situação atual dos mencionados direitos socioambientais dos Povos e Comunidades Tradicionais que estão sendo violados pelo complexo hidrelétrico no rio Teles Pires;
- A sugestão de que os impactos cumulativos e sinérgicos sejam investigados pelos especialistas nos trechos à jusante e à montante dos quatro empreendimentos, bem como junto às comunidades da Gleba Mercedes, no médio Teles Pires e ao menos, em parte das aldeias do Povo Munduruku do baixo rio Teles Pires;
- Que sejam tomados todos os procedimentos para a devida conciliação, ajustamento e responsabilização cível e criminal cabíveis aos empreendedores e seus financiadores pelos impactos cumulativos e sinérgicos constatados pelos estudos. Bem como, pelos custos gerados com perícias, estudos e para implantação de um sistema de monitoramento independente permanente dos empreendimentos, haja vista a absoluta ausência de prestação de informações atualizadas dos impactos - determinação legal para a manutenção de empreendimento com impacto socioambiental.

#### 5) Planejamento, programação e execução da atividade de Inspeção

A Inspeção do rio Teles Pires iniciou seu planejamento entre o Ministério Público, Fórum Teles Pires e representantes dos atingidos pelas barragens do Complexo, garantindo-se assim o constante diálogo junto às comunidades indígenas Munduruku e ribeirinhas da Gleba Mercedes.

A primeira atividade foi a reunião em 02/09/2019, na Procuradoria da República do Mato Grosso, para nivelamento, encaminhamentos e planejamento da agenda de trabalhos.

Entre os presentes na reunião estiveram: Isaac Waro Munduruku e Dorivan Kirixi Munduruku, do Povo Munduruku; Silvio Roberto da Silva e Renato Vilila Trevisanuto, ambos do MAB; Dr. Pr. Erich Raphael Masson e a assessora Mariza, da PRMT, Dr. Pr. Felipe Giardini, da PRM Sinop e Dr. Pr. Felício Pontes, da 6ª CCR, todos do MPF; Dr. Pr. Luiz Scaloppe do MPE/MT; João Andrade, Thiarles dos Santos, Jamilye Salles e Anna Cárcamo do Fórum Teles Pires.

Na reunião os representantes das populações atingidas pelas barragens apresentaram a situação da água e da fauna aquática hoje nas comunidades e a importância deles para sua sobrevivência, modos de vida e cultura no rio Teles Pires. Os representantes do Ministério Público e do Fórum Teles Pires debateram a problemática e encaminharam as seguintes ações e compromissos para que a Inspeção do rio Teles Pires aconteça:

- O Fórum Teles Pires se comprometeu em apresentar representação pedindo ao Ministério Público que seja realizada Inspeção dos Impactos Cumulativos e Sinérgicos



das hidrelétricas de Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel sobre as águas e a fauna aquática do rio Teles Pires e as consequências para saúde, segurança alimentar, navegabilidade, costumes e tradições dos ribeirinhos da gleba Mercedes de Sinop e dos indígenas Munduruku do baixo rio Teles Pires.

- O MPF, através do gabinete do Dr. Pr. Erich Masson se comprometeu em abrir, mediante Representação do Fórum Teles Pires, Inquérito para realização da Inspeção do Rio Teles Pires.

- O foco temático desta Inspeção será os impactos cumulativos e sinérgicos dos 4 empreendimentos sobre água e fauna aquática do rio Teles Pires e consequências para a vida dos indígenas e ribeirinhos impactados. Essas comunidades e seus representantes participarão ativamente de todas as fases do processo de Inspeção, inclusive, o Povo Munduruku com seus conhecimentos milenares indígenas sobre o rio Teles Pires e sua fauna aquática, garantindo-se que a equipe técnica sempre respeite e considere seus costumes, crenças e tradições nas atividades em campo.

- Drs. Erich, Felício e Felipe ficaram responsáveis de requisitar do IBAMA e da SEMA/MT a metodologia de análise da água considerada válida. Também estão responsáveis de trazer o perito ictiólogo Clauber Pacheco do MPF de Brasília, que atuou junto ao ictiólogo Nelson Flausino do MPE na perícia judicial da mortandade de peixes decorrentes da UHE Sinop, em julho de 2019, bem como, porque esse perito atuou pelo MPF na perícia da mortandade de peixes causada pela UHE Teles Pires, o primeiro barramento do complexo.

- Dr. Scaloppe se comprometeu em disponibilizar a essa Inspeção o corpo de peritos do MPE/MT, com diárias, transporte e atividade de geoprocessamento. Orientou que seja marcada reunião com Promotor José Mariano, chefe do CAOP, com quem o Promotor intercederá. Se comprometeu em enviar os processos que MPE/MT possui sobre a bacia do Teles Pires para coordenar com os processos do MPF/MT e assim atuarem em conjunto. Também informou que está mobilizando os Promotores de bacia para sinergia de trabalho entre MPs.

- Dr. Erich ficou responsável de solicitar do Promotor chefe do CAOP/MPE reunião em que participará junto com membros do Fórum Teles Pires para solicitar especialistas para formar equipe técnica da Inspeção.

- Dos especialistas em ictiofauna do MPE, Dr. Scaloppe informou dos ictiólogos Rafael e Nelson Flausino.

- Dr. Erich também se responsabilizou de pedir formalmente resultado da perícia judicial da mortandade de peixes realizada em Sinop, haja vista ter dado parecer desfavorável à UHE Sinop e comprovado equívoco da modelagem matemática e a responsabilidade da UHE pelo crime ambiental.

- Dr. Felipe representará ponto focal do MPF para as atividades da Inspeção referentes às UHEs Sinop e Colíder e contará com apoio do MAB para as atividades junto à comunidade atingida. Alertou que o resultado da perícia judicial não direcionou a obrigação de fazer da UHE Sinop para compensar o danos ambientais causados, mas pediu ao Dr. Scaloppe auxílio e suporte na definição da estratégia processual.

- Foram sugeridos pelos procuradores e promotores os seguintes nomes de Instituições/Programas e especialistas em água para Inspeção do Teles Pires: Pesquisadores do Programa PROFÁGUA da UNEMAT; Debora Fernandes Calheiros e Wanderlei Antônio Pignati, professor e pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

- Fórum Teles Pires ficou responsável de articular a atividade junto ao MPF e MPE, apoiar com planejamento da agenda de trabalho, garantir a formação da equipe técnica interna e externa ao Ministério Público e dar suporte à execução da Inspeção em campo junto às comunidades.

- Fórum Teles Pires sugere pós reunião a necessidade de antropólogo como perito adicional da equipe técnica, haja vista a necessidade de auxiliar na avaliação dos

impactos cultural e socioambiental decorrentes dos impactos ambientais sobre as águas e ictiofauna.

- Fórum Teles Pires sugere pós reunião contar com especialistas em água e ictiofauna que atuaram no Xingu em Belo Monte, com a Dr<sup>a</sup> Procuradora Thais Santi, do MPF de Altamira/PA, que estariam disponíveis para contribuir com o MPF/MT e a equipe do Teles Pires, inclusive para a construção de um sistema de monitoramento independente e participativo das comunidades atingidas sobre os impactos socioambientais do Complexo Hidrelétrico no rio Teles Pires.

É a Representação.

Cuiabá, 23 de setembro de 2019.

**Fórum Teles Pires**